

Anexo 1: Termos de Referência do Proposto Grupo de Trabalho do Plano de Gestão

1. Enquadramento

Considerando a importância dos recursos das pescarias da Albufeira de Cahora Bassa, foi elaborado um Plano para a gestão das pescarias desta albufeira. Para o processo de concepção do plano de gestão foi constituído um grupo de trabalho (doravante designado Grupo de Trabalho do Plano de Gestão das Pescarias da Albufeira de Cahora Bassa "GT-PGPCB" como parte do arranjo institucional para o apoio na elaboração do plano de gestão. O GT-PGPCB foi facilitado pela Administração Nacional das Pescas (ADNAP), instituição tutelada pelo Ministério das Pescas responsável pela elaboração dos Planos de Gestão das Pescarias.

Estes Termos de Referência (ToRs) definem os objectivos, a composição e *modus operandi* do GT-PGPCB.

2. Objectivos específicos do GT-PGPCB

- Levantamento e análise bibliográfica de matérias prévias para elaboração do estudo de base para o desenho do Plano de Gestão;
- Desenvolver um relatório de base para melhorar a informação necessária para o plano de gestão no contexto do EAF;
- Com base em evidências, promover uma reflexão e diálogo formais e abertos entre os principais intervenientes do sector privado, instituições do estado e ONGs sobre: (i) *Estágio actual da actividade de pesca na Albufeira de Cahora Bassa*; (ii) *Constrangimentos que limitam o desenvolvimento da actividade de pesca*; (iii) *Oportunidades existentes*; (iv) *Prioridades e como implementá-las*.
- Participar de forma cooperativa nas reuniões em busca de dados;
- Com base nas avaliações, produzir recomendações essenciais para identificação e tipificação dos problemas e das medidas de gestão, tendo em conta os três pilares da abordagem EAF;
- Determinar os pontos de referência relevantes para a exploração sustentável das unidades populacionais da *kapenta*;
- Assegurar a aprovação e apoiar a implementação do Plano de Gestão.

3. Composição do GT-PGPCB

O GT-PGPCB é coordenado pela Administração Nacional das Pescas (ADNAP), e inclui representantes das instituições seguintes:

- Instituto Nacional de Investigação Pesqueira (IIP);
- Instituto Nacional de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala (IDPPE);
- Instituto Nacional de Inspeção de Pescado (INIP);
- Instituto Nacional de Aquacultura (INAQUA).

Os membros possuem conhecimentos nas diferentes áreas, incluindo gestão de pescarias, investigação pesqueira, direito, sociologia e economia, todos relacionados à actividade de pesca e recursos pesqueiros.

4. Responsabilidades

- Preparar o plano de gestão das pescarias (que inclui, semi-industrial da *kapenta*, artesanal, pesca recreativa e desportiva e aquacultura) e os planos de actividade dos anos subsequentes;
- Promover e facilitar discussões sobre o plano de gestão com o Grupo de Trabalho;

- Preparar a documentação de suporte necessária para elaboração do plano de gestão e submeter a discussão nas sessões da CAP e CCGs e *Workshops*;
- Preparar relatórios de progresso sobre a elaboração do Plano, que poderão incluir as medidas de gestão;
- Facilitar uma comunicação abrangente entre os intervenientes, incluindo a criação de consciencialização sobre o Plano;
- Assegurar a publicação, divulgação e disseminação do Plano de Gestão;
- Preparar os termos de referência para todos os estudos recomendados no plano de gestão.

5- Funcionamento e Periodicidade

- O GTs define um plano de trabalho que era apresentado aos intervenientes dando ponto de situação do andamento das actividades e respectivos prazos;
- O GT é coordenado por um técnico designado pelo Director Geral da ADNAP, para o registro das decisões e encaminhamentos, que eram compartilhados entre os membros e as demais instâncias do processo de elaboração e aprovação do Plano;
- O processo de desenvolvimento do Plano de Gestão das Pescarias de Albufeira de Cahora Bassa contou com revisões e avaliações dos documentos bibliográficos, assim como contribuições provenientes das consultas públicas.

Diploma Ministerial n.º 161/2014

de 1 de Outubro

Os recursos pesqueiros da pescaria de camarão no Banco de Sofala são de transcendental importância na prossecução dos grandes objectivos de desenvolvimento económico e social do país, para o que importa assegurar a sua preservação e maximização das potencialidades de pesca, à luz dos princípios gerais que enformam a pesca responsável no ordenamento das actividades pesqueiras.

Neste contexto, mostrando-se necessário adoptar medidas de gestão para a Pescaria de Camarão no Banco de Sofala, ao abrigo do disposto no artigo 15 da Lei n.º 22/2013, de 1 de Novembro, Lei das Pescas, determino:

1. É aprovado o Plano de Gestão da Pescaria de Camarão do Banco de Sofala para o período de 2014 a 2018, anexo ao presente Diploma, do qual é parte integrante.
2. Compete ao Director-Geral da Administração Nacional das Pescas (ADNAP) esclarecer as eventuais dúvidas que surgirem na aplicação do Plano de Gestão ora aprovado.
3. O presente Diploma Ministerial entra em vigor na data da sua publicação.

Ministério das Pescas, em Maputo, 6 de Junho de 2014. —
O Ministro das Pescas, *Víctor Manuel Borges*.

Preâmbulo

Atendendo que a pesca do camarão é uma pescaria importante para o fornecimento de pescado, fonte de proteína animal, renda, emprego e contribuição para o PIB da República de Moçambique.

Considerando o disposto no artigo 8 da Lei n.º 3/90, ora revogada pela Lei n.º 22/2013, de 1 de Novembro, Lei das Pescas, no seu artigo 9 conjugado com o artigo 6 do Regulamento Geral da Pesca Marítima (REPMAR), aprovado pelo Decreto n.º 43/2003, de 10 de Dezembro, no qual o Ministério das Pescas promove e prepara o presente Plano de Gestão no quadro da Gestão e Ordenamento das pescarias.

Atendendo o previsto no artigo 8 do REPMAR, o Ministro das Pescas pode adoptar medidas de gestão directa, através de limitação do esforço de pesca, ou de gestão indirecta, mediante a limitação do volume das capturas.

Tomando-se o modelo de gestão participativa preferencial para assegurar a gestão das pescarias, nos termos estabelecidos no artigo 15 do REPMAR que permite a representação dos interesses envolvidos para assegurar a co-gestão das pescarias, através dos Conselhos Comunitários de Pesca (CCPs), Comités de Co-gestão (CCGs) e Comissão de Administração Pesqueira (CAP).

Ciente da importância do Sector das Pescas para a economia nacional, incluindo fluxos de renda na economia dos pólos de crescimento, segurança alimentar e sua contribuição para os subsectores da pesca Artesanal, Semi-industrial e Industrial.

Desejando garantir e reforçar o envolvimento dos pescadores no planeamento, na tomada de decisão e implementação de acções do Sector através da melhoria da governação participativa, manter/preservar o *habitat*, o ambiente e melhorar a subsistência de comunidades de pescadores.

Tendo em conta que o presente Plano de Gestão foi desenvolvido de forma participativa com os representantes dos principais grupos de actores dentro e fora do Sector das Pescas, julga-se que o mesmo irá responder aos objectivos e desafios para os quais o documento foi concebido, constituindo a base de gestão responsável desta pescaria.

SIGLAS/ Abreviaturas/Acrónimos

ADMAR	Administração Marítima
ADNAP	Administração Nacional das Pescas
AMAPIC	Associação Moçambicana de Armadores de Pesca Industrial de Camarão
ANAP	Associação Nacional dos Armadores de Pesca
ASSAPEMO	Associação dos Armadores de Pesca de Moçambique
BS	Banco de Sofala
BRDs	Dispositivo de Exclusão da Fauna Acompanhante
CAP	Comissão da Administração Pesqueira
CCG	Comité de co-gestão
CCP	Conselho Comunitário de Pesca
CGP	Conselho de Gestão das Pescarias
DPP	Direcção Provincial de Pesca
DNAP	Direcção Nacional de Administração Pesqueira
DNFP	Direcção Nacional de Fiscalização da Pesca
EAF	Ecosystem Approach for Fisheries (Abordagem Ecosistémica das Pescarias)
EP	Escola de Pesca
FAC	Fauna Acompanhante

FFP	Fundo de Fomento Pesqueiro
FAO	Food and Agriculture Organization
GD	Governo Distrital
GT	Grupo de Trabalho
IDPPE	Instituto Nacional de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala
IIP	Instituto Nacional de Investigação Pesqueira
INAQUA	Instituto Nacional de Desenvolvimento da Aquacultura
INIP	Instituto Nacional de Inspeção Pesqueira
MCS	Monitory Control Survaylance
MdP	Ministério das Pescas
MEY	Maximum Economic Yield
MIC	Ministério da Indústria e comércio
MICOA	Ministério de Coordenação Ambiental
MITUR	Ministério do Turismo
MSY	Maximum Sustainable Yield
MTC	Ministério dos Transportes e Comunicação
NPL	Nampula
PDP	Plano Director das Pescas
PGC	Plano de Gestão de Camarão
PPAN	Projecto de Pesca Artesanal de Nampula
PIB	Produto Interno Bruto
SDEJT	Serviços Distritais da Educação, Juventude e Tecnologia
SFL	Sofala
SMP	Serviço de Monitorização da pesca
SSB	Biomassa do Stock Desovante
TAC	Total Admissível de Captura
TAE	Total Admissível de Esforço
TEDs	Turtle Exclusion Device
VMS	Vessel Monitoring System (Sistema de Monitorização e Vigilância)
ZBZ	Zambézia
ZEE	Zona Económica Exclusiva

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contribuição da Pescaria para a Economia Nacional

Moçambique é um país cuja actividade pesqueira possui um impacto social considerável, pois contribuí para a segurança alimentar, aumento do emprego e renda, e captação de divisas através das exportações.

O Plano Director das Pescas 2010-2019 (PDP II), instrumento de orientação ao nível do Sector, identifica as prioridades, estratégias e acções que o Estado adoptará com vista a alcançar os objectivos definidos para o Sector das Pescas, a médio e longo prazo. Assim, a questão da segurança alimentar e da situação nutricional surgem como prioridades, a par da melhoria das condições de vida das comunidades de pescadores artesanais e de aquacultores de pequena escala.

Estima-se que o Sector das Pescas contribui com cerca de 2% do PIB (cerca de 452 milhões de dólares americanos) com uma produção global de cerca de 151 mil toneladas por ano, proveniente da pesca marinha e de águas interiores, incluindo

a produção da aquacultura. A contribuição média do Sector das Pescas ganha pela exportação é de cerca de 70 milhões de dólares por ano.

O Banco de Sofala estende-se aproximadamente entre os paralelos 16° e 21° Sul (figura 1), tendo uma superfície de cerca de 45.000 km² até à batimétrica de 200 m, representando 64% da plataforma continental de Moçambique. O litoral é entrecortado por numerosos rios, canais e estuários em cujas margens abundam florestas de mangal. Nestas áreas abrigadas têm o seu habitat, pelo menos durante parte da vida, numerosas espécies aquáticas entre as quais se encontram os camarões.

Desde tempos imemoriais as populações costeiras pescaram estes recursos de peixes e crustáceos litorais para a sua subsistência, da qual os camarões penaeídeos sempre constituíram parte. Actualmente, existem três frotas muito distintas que exploram este recurso, nomeadamente:

- Artesanal de arrasto manual para praia, ao longo de toda a faixa litoral, muito próximo da praia com recurso a embarcações de menos de 10 m de comprimento;
- Semi-industrial, de arrasto mecânico com conservação a gelo, nos extremos norte e sul do Banco de Sofala, a partir de uma (1) milha náutica da costa com recurso a embarcações entre 10 e 20 m de comprimento e;
- Industrial com recurso a embarcações de mais de 20 m de comprimento, de arrasto mecânico com congelação a bordo, incluindo semi-industriais congeladores, em toda a área arrastável a partir das três (3) milhas náuticas da costa.

O recurso de camarão do Banco de Sofala é constituído por diversas espécies. Duas espécies são as dominantes na pescaria industrial e semi-industrial: o camarão branco (*Penaeus indicus*) e o castanho (*Metapenaeus monoceros*) que representam 78-87% do total dos camarões penaeídeos capturados. Os remanescentes

13-22% são constituídos por diversas espécies, entre as quais se destacam os camarões flor (*Penaeus japonicus*) e tigre (*Penaeus monodon*). Na pescaria artesanal, a espécie dominante é o camarão branco (*P. indicus*). Os três sectores da pesca exploram os stocks da principal espécie *Penaeus indicus* – camarão branco, *Metapenaeus monoceros* - camarão castanho e a espécie menos abundante *Penaeus monodon* – jumbo, que são mais abundantes na zona próxima da costa. *Penaeus japonicus* - tigre e *Penaeus latisulcatus* - marfil, são mais comuns em águas mais profundas e são capturadas predominantemente pela frota industrial.

O recurso de camarões penaeídeos do Banco de Sofala é de todos os existentes nas águas jurisdicionais de Moçambique que mais importância assumiu ao longo dos últimos cinquenta anos. Isso fez com que, a partir dos anos sessenta, a maior parte dos estudos realizados e as medidas de gestão tomadas no Sector das Pescas lhes fossem dirigidos. Esta atenção acentuou-se depois da independência nacional, em 1975.

A pescaria artesanal só muito recentemente começou a ser mais conhecida cientificamente e mesmo em termos socio económicos, como resultado do programa de desenvolvimento que surgiu no sector (PPAN) em termos de estudos, na sequência do fim da guerra, em 1992, e após ser introduzido um sistema estatístico por amostragem que vem gradualmente abrangendo todo o litoral de Moçambique. Diferentemente, as duas pescarias industriais e semi-industriais são conhecidas desde os anos 70, mas subsiste uma necessidade de elevar a qualidade nos dados fornecidos.

As informações sobre as actividades de pesca industrial na década de 60 são escassas e pouco fiáveis pois tiveram origem em frotas que operavam à revelia de qualquer controlo por parte das autoridades coloniais. Apenas a partir de 1976, com a declaração pelo Governo de Moçambique de uma ZEE de 200 milhas náuticas¹ e com a regulamentação da pesca realizada por frotas estrangeiras nas águas jurisdicionais do país, foi possível ter acesso a alguma informação sobre essas actividades².

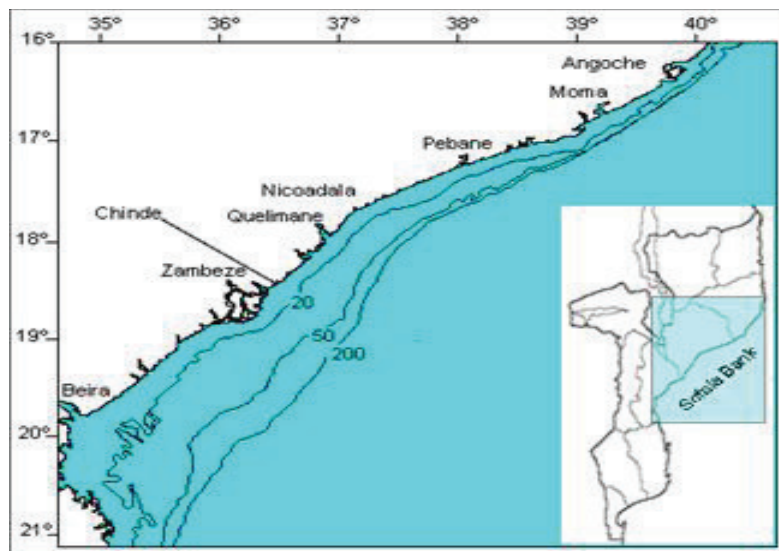


Figura 1.: Mapa da costa de Moçambique indicando o Banco de Sofala (Extraído de Palha de Sousa et al, 2011) .

¹ Decreto-Lei n.º 31/76 de 19 de Agosto (Boletim da República n.º 97, 1.ª Série, de 19 de Agosto de 1976).

² Lei n.º 8/87 de 22 de Abril (Boletim da República n.º 48, 1.ª Série, de 19 de Abril de 1978).

³ Palha de Sousa, L., A. Brito, S. Abdula, C. Maunde, J. Penn and D. Howell (2011). O Camarão do Banco de Sofala 2010. Report Instituto de Investigação Pesqueira. Outubro 2011. 67p.

1.2 Fundamentação para o Plano de Gestão

O Ministério das Pescas (MdP) tem como uma das atribuições, o estabelecimento de políticas de desenvolvimento das pescas, através de planos de gestão e de desenvolvimento, assim como a coordenação da sua execução, mediante um controlo do desempenho dos subsistemas de gestão das pescarias e de promoção do desenvolvimento.

A pesca de camarão do Banco de Sofala experimentou um acentuado declínio da sua renda nos últimos 5 anos (2009-2013) devido a uma combinação de factores, mais proeminentemente o elevado esforço de pesca e a consequente exploração excessiva dos recursos. O agravamento dos factores económicos externos (por exemplo queda do preço do camarão no mercado internacional) e a subida do custo dos combustíveis que constituem factores não onerosos de gestão pesqueira aliados às mudanças climáticas, também contribuíram para a situação actual.

Perante a crise no Sector, em 2007 foi iniciada a elaboração dum plano de gestão das pescarias para os pescadores que exploram os recursos de camarão de águas não profundas do Banco de Sofala, tendo a sua implementação iniciado apenas em 2011.

Em relação à redução do esforço de pesca, o Sector recomendou em 2009, o estudo de uma proposta para a gestão das actividades de pescas de camarão do Banco de Sofala. Este estudo não foi implementado por não satisfazer aos objectivos estipulados, mas em 2011 foi feito novo estudo sobre o Esforço Total Admissível (TAE) e sua implementação nesta pescaria de camarão. Assim, foi elaborada uma estratégia de gestão composta por uma combinação de um limite de capturas de precaução e um limite de esforço de pesca por embarcação (TAE). Paralelamente, foi contactado o projecto EAF-Nansen da FAO com vista a apoiar a incorporação de linhas de enquadramento da abordagem ecossistemática das pescarias (EAF) neste plano de gestão.

O enfoque do Plano de Gestão das Pescarias de Camarão do Banco de Sofala (PGC/BS) visa resolver alguns problemas que dificultam a pesca de garantir benefícios a seus níveis máximos. Foi, neste âmbito, que se prestou atenção ao esforço excessivo na pesca aplicado aos recursos, o desempenho não satisfatório do sistema MCS e a necessidade de melhorar o conhecimento sobre os principais aspectos biológicos e socio-económicos para o fortalecimento das linhas orientadoras de gestão com vista a melhorar o estado do *stock*.

Existem causas internas que agravam a situação actual e que, a não existirem, colocariam os armadores de camarão em melhor situação para enfrentar a crise. Nada podendo fazer em relação aos factores externos, resta à administração pesqueira agir sobre as causas internas que afectam mais negativamente as pescarias industriais, semi-industrial e artesanal. Assim, duas principais pré-condições devem ser cumpridas no acto da elaboração do plano de gestão, nomeadamente: redução do esforço de pesca e fortalecimento do sistema MCS.

1.3 Objectivos do Plano de Gestão

Geral

Proporcionar um máximo benefício líquido global (económico, social e financeiro) à sociedade para redução da pobreza, num quadro de sustentabilidade do recurso em particular, e do ecossistema aquático em geral.

Específico

a) Pescaria Industrial

Proporcionar um benefício líquido económico máximo e uma rentabilidade atractiva para as empresas armadoras com participação significativa nacional, num quadro de rigorosa

contenção do esforço de pesca e contribuindo efectivamente para o desenvolvimento económico e social do país.

b) Pescaria semi-industrial

Proporcionar benefícios líquidos económicos e sociais significativos e uma rentabilidade para os operadores nacionais, contribuindo para o desenvolvimento económico e social e o abastecimento de pescado ao nível local e a exportação.

c) Pescaria artesanal

Proporcionar benefícios sociais significativos às comunidades dependentes da pesca artesanal através dos rendimentos distribuídos às populações e proveniente do processamento local de pescado.

2. Políticas-Chave Orientadoras para o Plano de Gestão

Este Plano de Gestão das Pescarias de Camarão do BS enquadra-se no artigo 9 da Lei n.º 22/2013, de 01 de Novembro, Lei das Pescas, e os objectivos plasmados no PDP II (2010-2019) e Plano Quinquenal do Governo, Agenda 2025, Código de Conduta da FAO para a pesca responsável, Abordagem do Ecossistema para Pesca (EAF), Convenção sobre a Biodiversidade Ecológica, Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável RIO + 20 e Objectivos do Desenvolvimento do Milénio, para além de outros instrumentos.

3. Visão Geral das Pescarias de Camarão de Banco de Sofala

3.1 Descrição das Pescarias

A pescaria de camarão de águas pouco profundas do Banco de Sofala em Moçambique é complexa, multiespecífica, envolvendo vários sectores.

As capturas são obtidas por três sectores distintos: uma pescaria artesanal costeira, tendo *Penaeus indicus* como espécie alvo secundária, e as frotas semi-industrial e industrial, visando uma variedade de espécies em mar aberto até profundidades de cerca de 60 m.

Os três sectores exploram os *stocks* das duas principais espécies, Camarão branco - *P. indicus* e Camarão castanho-M. monoceros (a profundidades de menos de 30 metros) as espécies menos abundantes como Camarão tigre-*P. japonicus*, Camarão Jumbo- *P. monodon* e Camarão marfil- *P. latisulcatus* são predominantemente capturadas pela frota industrial (a profundidades superiores a 30 metros) que opera em águas mais profundas no segundo semestre do ano (Palha de Sousa *et al*, 2011)³.

Evolução recente da captura e esforço

A história das capturas de camarão do Banco de Sofala que cobre todos os sectores da pesca encontra-se resumida na Figura 3 (Palha de Sousa *et al*, 2011)⁴. Esta figura mostra que a captura total da pescaria atingiu um pico entre 2001 e 2003, mas posteriormente decresceu até 2009, quando as capturas estabilizaram. Este declínio foi causado principalmente pelas capturas reduzidas dos sectores industrial e semi-industrial. Ao contrário, o sector artesanal, cujas estatísticas das capturas se tornaram disponíveis a partir de 2001, tem mostrado um aumento constante da sua captura de camarão, que se tornou uma importante fonte de receitas para as comunidades pesqueiras localizadas na costa. Em 2010 a percentagem de camarão no total das capturas da pesca artesanal atingiu os 17 por cento⁵.

⁴ Palha de Sousa, L., A. Brito, S. Abdula, C. Maunde, J. Penn and D. Howell (2011). O Camarão do Banco de Sofala 2010. Report Instituto de Investigação Pesqueira. Outubro 2011. 67p.

⁵ Palha de Sousa, L., A. Brito, S. Abdula, C. Maunde, J. Penn and D. Howell (2011). O Camarão do Banco de Sofala 2010. Report Instituto de Investigação Pesqueira. Outubro 2011. 67p.

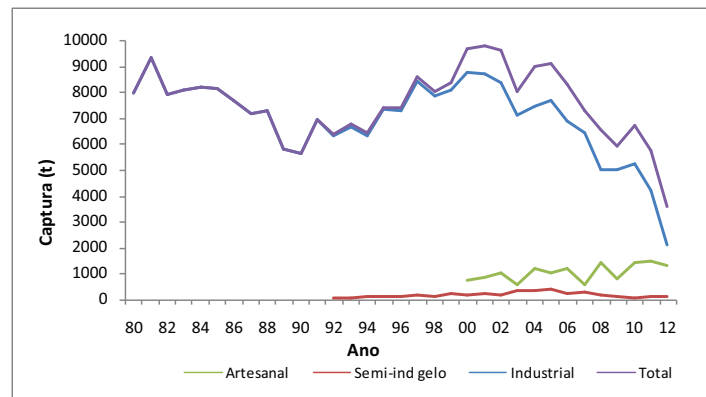


Figura 3: Evolução das capturas nos diferentes sectores da pesca industrial, semi-industrial e artesanal de 1980 a 2012 (De Palha de Sousa et al, 2013)³.

O início precoce da campanha de pesca em 2010 teve um impacto negativo sobre o stock de camarão “branco”, no entanto, a extensão da campanha de pesca em Outubro permitiu uma maior captura das outras espécies contribuindo para o aumento da captura total. O início tardio da pesca em 2011 e a campanha de pesca até Outubro deveriam proporcionar uma melhor distribuição de esforço e que teriam um padrão de esforço próximo de meados dos anos 1990, quando ocorreu uma maior produtividade (Palha de Sousa et al, 2011)⁶.

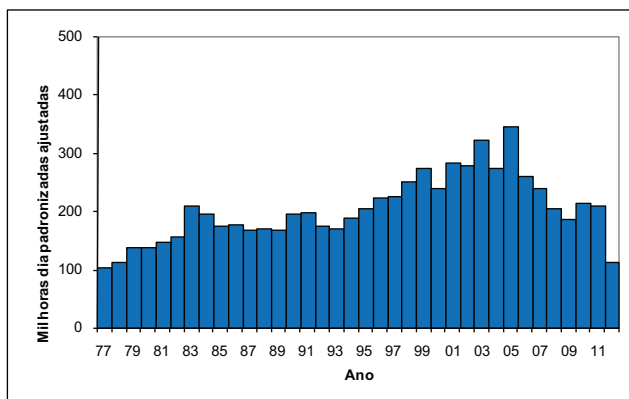


Figura 4: Esforço total anual durante o período 1977-2012 (Palha de Sousa *et al*, 2013).

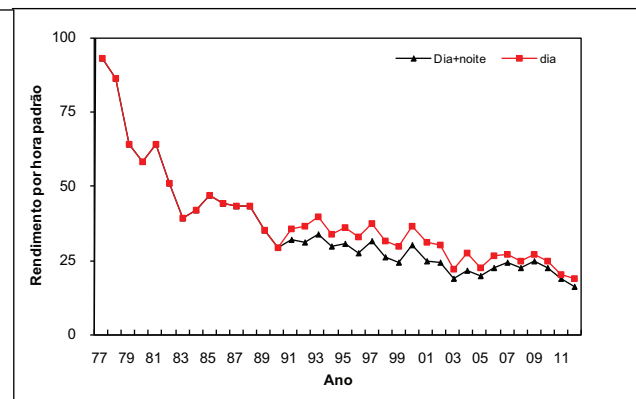


Figura 5: Rendimento médio anual por hora (para redes com comprimento de cabo mestre de 53,2 m) durante o período 1977-2012 (Palha de Sousa *et al*, 2013).

Na campanha de pesca 2012, problemas ambientais causaram a dispersão do recurso resultante da ocorrência de três ciclones consecutivos (Dando, Funso e Irina) no início da campanha de pesca.

Persiste o problema de esforço de pesca, fraco controlo das artes de pesca artesanal que pode afectar o nível de esforço e uso de artes de pesca nocivas.

3.1 Gestao Actual das Pescarias de Camarão do Banco de Sofala

A gestão das pescarias em Moçambique é da competência do Ministério das Pescas. O papel do Ministério é de implementar as políticas pesqueiras e formular as linhas orientadoras, regras e regulamentos para planear, desenvolver e gerir as pescarias nacionais e a aquacultura no país. As funções de gestão a nível

do Ministério são da responsabilidade da Administração Nacional das Pescas (ADNAP). Outros arranjos de apoio à gestão das pescarias são descritos abaixo.

O órgão consultivo, a Comissão da Administração Pesqueira (CAP), emite pareceres ao Ministro das Pescas sobre matérias de interesse no âmbito de conservação dos recursos pesqueiros e da gestão das pescarias, incluindo:

- O sistema de gestão a usar por pescaria;
- Número máximo de barcos a licenciar numa pescaria;
- Períodos de veda;
- Áreas com restrições à actividade de pesca;
- Procedimentos para a preparação e revisão de planos de desenvolvimento pesqueiros;
- Outras medidas de gestão das pescarias ou conservação do ambiente aquático.

⁶ Palha de Sousa, L., A. Brito, S. Abdula, C. Maunde, J. Penn and D. Howell (2013). O Camarão do Banco de Sofala 2013. Report Instituto de Investigação Pesqueira. Outubro 2013. 106p.

Existe também o Conselho de Gestão das Pescarias (CGP) que é um órgão consultivo da ADNAP, facilitando a coordenação entre as várias entidades do Sub-sistema de Gestão das Pescarias. O Conselho de Gestão das Pescarias é coordenado pela ADNAP e íntegra representantes de algumas instituições do sector, particularmente IIP, INIP, DNFP, IDPPE, e Portos de Pesca.

A nível local, como forma de tornar o processo de gestão mais inclusivo e participativo, o sistema de gestão providencia uma plataforma para o estabelecimento de órgãos de administração pesqueira conhecidos como Conselhos Comunitários de Pesca (CCPs) que incluem vários grupos de partes interessadas e actuam a nível distrital e provincial.

O instrumento-mãe que governa toda a actividade de pesca em Moçambique é a Lei n.º 22/2013, de 01 de Novembro, que foi actualmente aprovada e os seus regulamentos estão em processo de revisão. De acordo com estes instrumentos a licença de pesca é requerida para o exercício de todas as pescarias.

4. Processo de Elaboração do Plano de Gestão

O processo de elaboração teve em consideração os princípios, da previsibilidade, do envolvimento de stakeholders, da consideração contextual, da precaução e da racionalidade, e obedeceu as seguintes fases:

1. Elaboração dos Termos de Referência;
2. Realização de oficinas de trabalho de auscultação aos *stakeholders*;
3. Produção da primeira proposta do plano de gestão;
4. Apresentação da proposta aos stakeholders;
5. Ajustamento e apresentação da proposta do plano a CAP.

4.1 Âmbito do Plano de Gestão das Pescarias de Camarão do Banco de Sofala

De acordo com o processo de formulação do Plano que envolveu vários actores, o quadro geral deste instrumento resume-se no seguinte (Tabela 1):

Tabela 1: Quadro geral da formulação do Plano de Gestão de Camarão do Banco de Sofala

Categoria	Detalhes
Pescaria	Pescarias de camarão do Banco de Sofala.
Tipos de pesca	a) Pesca artesanal, b) Pesca semi-industrial, c) Pesca Industrial (nos termos estabelecidos na legislação pesqueira).
Artes de pesca e métodos não aplicáveis mas com impacto na implementação do Plano e impacto no recurso)	Redes com malhas não recomendadas (Chicocota, redes mosquiteiras), envenenamento por substâncias tóxicas, (ex: com plantas).
Métodos em uso ou permitidas	Rede de arrasto industrial (malhagem mínima de 55mm). Rede de arrasto para praia (malhagem mínima de 38mm).
Família e principais espécies capturadas.	Família: Penaeidae. Principais espécies: <i>Penaeus indicus</i> , <i>Metapenaeus monoceros</i> , <i>Penaeus japonicus</i> e <i>Penaeus monodon</i> .
Âmbito de aplicação geográfico do plano	Banco de Sofala 16' e 21° Sul, tendo uma superfície de cerca de 45.000 km ² até à batimétrica de 200m, representando 64% da plataforma continental de Moçambique.
Principais áreas ou ambientes geográficos com impacto nos recursos	Delta do Zambeze, numerosos rios, canais e estuários em cujas margens abundam florestas de mangal.
Valores – Objectivo a atingir e prioridades	Sustentabilidade das Espécies das pescarias de camarão do Banco de Sofala – manutenção de níveis de esforço de pesca nos limites definidos para sustentabilidade das pescarias Minimizar os impactos sociais negativos nas comunidades de pescadores. Manter o acesso aos recursos contribuindo para segurança alimentar. Minimização de desperdícios/perdas pós-captura.
Principais instituições implementadoras	MdP, sob coordenação da ADNAP (nível central, provincial e distrital), Governo Local (Província, distrital), Pescadores e proprietários de embarcações, proprietários de artes de pesca, órgãos do sistema de gestão participativa (Comités de Co-Gestão e Conselhos Comunitários de Pesca) e associações de pescadores.
Outras instituições e actores	MTC-ADMAR, MICOA, TURISMO, MIC, s, ARA Centro;
Horizonte temporal do Plano	5 anos (com ajustamentos necessários de acordo com a dinâmica das pescarias)
Periodicidade de avaliação de progresso	Intermédia, no terceiro ano de implementação e após o período de implementação.

Para ajudar a determinar as questões a arrolar, um leque de componentes em forma de árvore que abarca cada um dos tres pilares chave do EAF foi empregue (Figura 6). A área do bem-estar ecológico considerada a componente dos «bens» (p. ex. acções, habitats, ecossistemas) relevantes para a pesca assim como aos problemas/impactos que advêm da pesca que possa-lhes afectar. O bem-estar humano vela pela componente

dos resultados sociais e/ou económicos causados, actualmente pela pesca (por exemplo, segurança alimentar, desenvolvimento económico bem como problemas tais como conflitos, etc). A área sobre a capacidade de alcançar os objectivos vela pelos sistemas de gestão e institucionais decorrentes ou propostos a produzir os resultados preconizados.

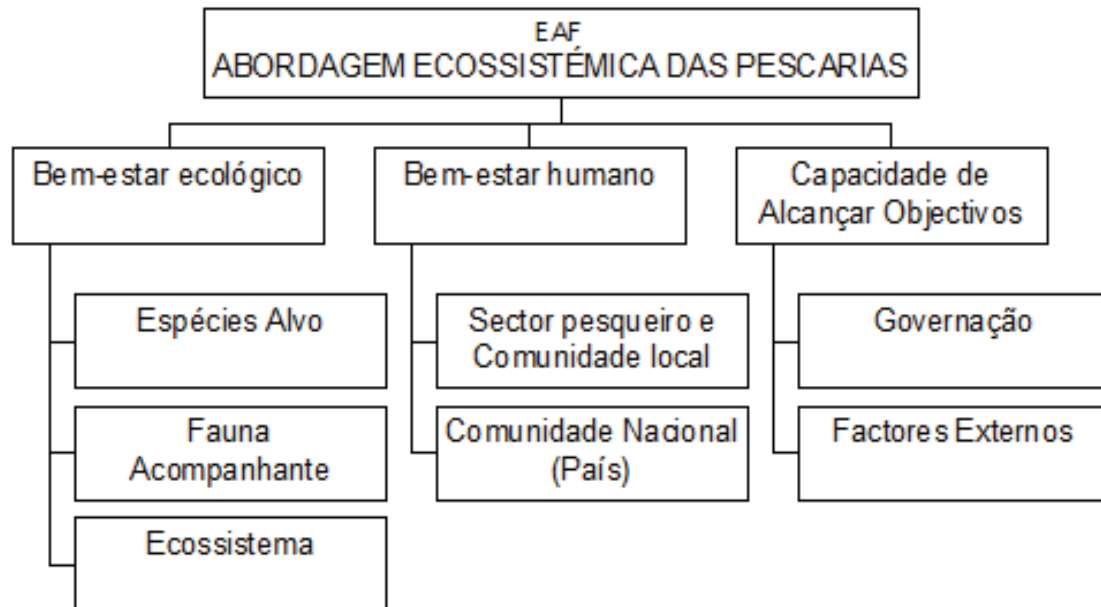


Figura 6: As diferentes componentes EAF das Pescarias de Camarão do Banco de Sofala.

5. Objectivos de Gestão e Operacionais do Plano de Gestão da Pescaria de Camarão do Banco de Sofala

Os objectivos de gestão e operacionais deste Plano de Gestão das Pescarias de Camarão do Banco de Sofala foram produzidos a partir de uma análise estratégica do GT sobre as questões de risco identificadas por ordem de significância do impacto dentro de cada objectivo de gestão, conforme se segue:

Objectivo de Gestão I: Nível de exploração sustentável do recurso de camarão garantido

Problemas (Bem estar ecológico)

1. Deficiente controlo do esforço de pesca da frota industrial;
2. Insuficiente conhecimento da influência da pesca artesanal de arrasto na pressão sobre o recurso de camarão;
3. Uso de artes de pesca nocivas na pesca artesanal;
4. Deficiente conhecimento dos indicadores biológicos e pontos de referência significativos para a monitoria dos riscos biológicos para os estoques;
5. Deficiente controlo da fauna acompanhante (FAc);
6. Falta de controlo dos níveis de capturas acidentais de espécies protegidas (tartarugas marinhas);
7. Aparecimento de espécies exóticas de camarão.

Objectivo de Gestão II: Benefícios líquidos económicos e sociais maximizados

Problemas Bem estar humano (sócio económico)

1. Baixos rendimentos na pescaria do camarão;
2. Falta de conhecimento do impacto da redução do esforço de pesca em relação a:
 - a) Renda da comunidade de pescadores (FAc);
 - b) Segurança alimentar (FAc);
 - c) Emprego.
3. Falta de uma estratégia para acrescentar valor ao recurso de camarão para o mercado internacional;
4. Conflitos entre os subsectores da pesca e as diferentes actividades (turismo, mineração);
5. Falta de estabelecimento de articulação entre a Política de crédito com os critérios de sustentabilidade económica (MEY) e do recurso (MSY) estabelecido, para prevenir o aumento da capacidade de pesca e esforço além da capacidade reprodutiva do stock;
6. Deficiente conhecimento do impacto sócio-económico da redução das artes nocivas da pesca artesanal;
7. Infra-estrutura de apoio à pesca artesanal insuficiente

Objectivo de Gestão III: Capacidade de intervenção institucional e poder de gestão reforçados

Problemas (Capacidade de alcançar os objectivos)

Governança

1. Insuficiente conhecimento do novo sistema de gestão da pescaria de camarão da frota congeladora (TAE);
2. Alguns processos de gestão pouco transparentes;
3. Insuficiente coordenação institucional do Sector das Pescas no âmbito do sistema de controlo, monitoria e fiscalização;
4. Deficiente comunicação entre os diferentes intervenientes;
5. Deficiente partilha de responsabilidades de gestão entre todos os intervenientes;
6. Deficiente Monitoria, Controlo e fiscalização da pesca artesanal.

Objectivo de Gestão IV: Prevenir a degradação do ambiente marinho pela actividade de pesca e a influência dos factores externos

Factores Externos

1. Impacto dos factores ambientais e outros minimizados
 - a) Mudanças climáticas;

b) Alteração e Degradação do habitat (destruição de mangal, poluição, alteração do regime hidrológico outros);

2. Competição com outros sectores para acesso a zonas de pesca (turismo, mineração);
3. Elevados custos de operação (combustível, taxas de câmbio);
4. Preços de mercado e acesso a mercados de exportação.

6. Medidas de Gestão e Indicadores de Desempenho para o Plano de Gestão

6.1 Medidas de Gestão

As medidas de gestão discutidas e concordadas pelo GT e as outras partes interessadas são apresentadas abaixo. No geral, o leque de medidas apresentadas providencia o âmbito de aplicação necessário e a flexibilidade requerida para gerir a pescaria e os seus impactos nos mananciais pesqueiros e no ecossistema, dentro de um ambiente natural e dinâmico. As medidas são agrupadas de acordo com a estrutura da árvore de componentes genérica do EAF e também divididas em acções primárias e de suporte.

Bem-Estar Ecológico

As principais medidas de gestão apontam para o controlo do esforço de pesca desta pescaria e manutenção de níveis sustentáveis na exploração dos recursos das pescarias do Banco de Sofala:

Objectivos Operacionais	Medidas de Gestão
1. Esforço de pesca da frota industrial controlado.	1. i) Reduzir a quota de esforço de 6113 (situação actual 3515 metros) para 2100 metros do cabo mestre (140.000 horas – 25-30 barcos) ii) Campanha de pesca no período de 7 a 8 meses;
2. Influência da pesca artesanal de arrasto na pressão sobre o recurso de camarão conhecida.	2. i) Melhorar a estatística da pesca artesanal; ii) Definir áreas críticas do desenvolvimento do camarão na pesca artesanal; iii) Melhorar a fiscalização da pesca artesanal.
3. Uso de artes nocivas na pesca artesanal reduzido;	3. i) Melhorar as campanhas de sensibilização para a pesca responsável; ii) Reforçar a fiscalização da pesca nas zonas de maior ocorrência das artes nocivas.
4. Indicadores biológicos e pontos de referência significativos para a monitoria dos riscos biológicos para os estoques identificados.	4. i) Manter avaliação anual da biomassa do <i>stock</i> desovante (SSB) como indicador do estado do <i>stock</i> e (atingir no mínimo 20% biomassa virgem; ii) Manter a realização cruzeiros de investigação no período de recrutamento.
5. Gestão da fauna acompanhante (FA) melhorada.	5. i) Controlar a qualidade de dados de captura da <i>Fac</i> ; ii) Avaliar a possibilidade do uso experimental do dispositivo de Exclusão de fauna acompanhante (BRDs) ; ii) Estudar a possibilidade de licenciar as operação de recolção da <i>Fac</i> .
6. Níveis de capturas acidentais de espécies protegidas (tartarugas marinhas) controlada.	ii) Realizar um estudo para identificar as áreas e épocas de ocorrência das tartarugas marinhas.
7. Aparecimento de espécies exóticas do camarão	7. Avaliar o impacto das espécies exóticas de camarão na população activa;

Bem-Estar Humano (Social e Económico)

Ao nível do Banco de Sofala, há necessidade de proporcionar benefícios líquidos económicos e sociais significativos e uma rentabilidade para os operadores nacionais, contribuindo para o desenvolvimento económico e social e o abastecimento de pescado a nível local e a exportação, para efeito devem ser adotadas as seguintes acções:

Objectivos Operacionais	Medidas de Gestão
<p>1. Baixos rendimentos na pescaria do camarão</p> <p>2. Impacto da redução do esforço de pesca avaliado e alternativas identificadas em relação a:</p> <p>a) Renda da comunidade de pescadores (FAc);</p> <p>b) Segurança alimentar (FAc);</p> <p>c) Emprego.</p> <p>3. Estratégia para acrescentar valor ao recurso de camarão para o mercado internacional elaborado.</p>	<p>1. Reduzir a quota de esforço de 6113 (<i>situação actual 3515 metros para 2100 metros</i> do cabo mestre (140.000 horas – 25-30 barcos)</p> <p>2.i) Estudo de viabilidade económica das operações de recolha da FAc.</p> <p>ii) Estudar e propor um programa de reorientação da mão de obra ociosa.</p> <p>3. Assegurar a implementação do processo de certificação das capturas (ambiental, legalidade e sanitária);</p>
<p>4. Conflitos entre os subsectores da pesca e entre as diferentes actividades (turismo, mineração) minimizados.</p> <p>5. Articulação entre a Política de crédito com os critérios de sustentabilidade económica (MEY) e do recurso (MSY) estabelecido, para prevenir o aumento da capacidade de pesca e esforço além da capacidade reprodutiva do stock.</p> <p>6. Impacto sócio-económico da redução das artes nocivas da pesca artesanal conhecido.</p> <p>7. Infra-estrutura de apoio à pesca artesanal insuficientes melhorados.</p>	<p>4. Zonear as áreas de pesca para cada subsector e para outras actividades económicas no Banco de Sofala.</p> <p>5. Ajustar as linhas de crédito na frota a gelo com os critérios de sustentabilidade económica e do recurso.</p> <p>6. i) Reforçar a fiscalização da pesca</p> <p>ii) Estudo sócio económico do impacto da redução das artes nocivas.</p> <p>7. Promover o estabelecimento no Banco de Sofala de gasolineiras, estabelecimentos de insumos de pesca, fábricas de gelo, fábricas de processamento e desembarcadouros para a pesca artesanal, em coordenação com projectos de Desenvolvimento do Sector das Pescas</p>

Capacidade de Alcançar Objectivos

a) Governação

De entre as medidas de gestão necessárias, a componente de governação é de grande importância para reforçar a capacidade de intervenção institucional e poder de gestão. Neste âmbito, há que realizar o seguinte:

Objectivos Operacionais	Medidas de Gestão
<p>1. Insuficiente conhecimento do novo sistema de gestão pescaria de camarão da frota congeladora (TAE).</p> <p>2. Processos de gestão transparentes</p> <p>3. Fortalecimento institucional do sector das pescas, sistema de controlo monitoria e fiscalização reforçado.</p> <p>4. Comunicação entre os diferentes intervenientes assegurada.</p> <p>5. Partilha de responsabilidades de gestão entre todos os intervenientes melhorados.</p> <p>6. Monitoria, Controlo e fiscalização da pesca artesanal melhorado.</p>	<p>1. Capacitar os técnicos na gestão do novo sistema de gestão (TAE);</p> <p>2. Cumprimento de medidas de gestão de acordo com as normas estabelecidas;</p> <p>3. Garantir recursos humanos, materiais, e patrimoniais para melhorar o sistema MCS;</p> <p>4. Mecanismo de cogestão deve ser mais abrangente (CCP,s, Comités distritais e provinciais, CAP);</p> <p>5. Identificar os assuntos que devem ser desconcentrados em diferentes níveis, de local até nacional (forúns de co-gestão).</p> <p>6. i) Melhorar a estatística de pesca artesanal.</p> <p>ii) Melhorar o controlo do cumprimento da legislação.</p> <p>iii) Garantir a funcionabilidade do CCP na sua área de actuação;</p>

b) Factores Externos

O sucesso das medidas do Plano não depende apenas dos aspectos acima mencionados, mas também de outros factores externos, nomeadamente:

Objectivos Operacionais	Medidas de Gestão
Ambientais	
1. Impacto dos factores ambientais e outros minimizados: <i>a)</i> Mudanças climáticas; <i>b)</i> Alteração e Degradação do <i>habitat</i> (destruição de mangal, poluição, alteração do regime hidrológico outros). 2. Competição com outros sectores para acesso a zonas de pesca (turismo, mineração) minimizada.	<i>a)</i> Acompanhar os efeitos e impactos das alterações climáticas; <i>b)</i> Restauração do habitat (destruição de mangal, poluição, alteração do regime hidrológico outros) sobre o recurso do camarão. 2. Zonear as áreas de actividades (pesca, turismo, mineração).
Outros	
1. Elevados custos de operação (Combustível, taxas de câmbio...) 3. Preços de mercado e acesso a mercados de exportação.	

7. Arranjos Institucionais e Monitorização para Implementação do Plano de Gestão

a) Intervenientes e Responsabilidades

Para o presente Plano de Gestão, nos termos da alínea *a)* do artigo 4 do Estatuto Orgânico da Administração Nacional das Pescas, relativos as atribuições, a ADNAP deve assegurar a implementação do Plano de Gestão das Pescarias do Banco de Sofala. As instituições como o IIP, INIP, IDPPE, FFP, INAQUA, EP, DPP, Governo da Província de Sofala, Zambézia e Nampula Governos dos Distritos atravessados pelo Banco de Sofala são os intervenientes directos na implementação do Plano com responsabilidades distintas, as instituições do Governo nomeadamente, o MICOA, Recursos Minerais, Industria e Comércio, Ministério do Interior, ADMAR e outros, os CCPs, a Associações de armadores de pesca (AMAPIC, ANAP, ASSAPEMO) e operadores em geral constituem também intervenientes.

O plano de acção define o nível de intervenção e responsabilidades de cada interveniente.

b) Implementação, monitoria e avaliação

O processo do plano de gestão envolve a identificação de recursos necessários e sua prioridade. Para os objectivos de gestão são definidos regras de decisão formuladas e executadas com indicadores identificados, monitorados e progressos relatados. Os elementos importantes destacados, para o sucesso do Plano, são de entre outros:

- O envolvimento dos parceiros em todas as fases do processo de gestão;
- Utilização do melhor conhecimento disponível, em todas as fases do processo de gestão;
- A gestão é adaptativa e o desempenho tático é avaliado regularmente e frequentemente numa base anual, intermédia enquanto o desempenho estratégico será avaliado ao longo do tempo (por exemplo, a cada 5-10 anos).

Os CCPs, associações de pescadores e operadores em geral são intervenientes com responsabilidades de cooperação, participação e seguimento rígido das medidas de Plano.

Objectivo de Gestão I: Nível de exploração sustentável do recurso do camarão garantido

Problemas	Medidas de Gestão /Acções	Indicadores	Pontos de referência	Meios de verificação	Responsabilidade	Intervenientes	Prazo
I.1	Reduzir a quota de esforço de 6113 (<i>situação actual 3515 metros</i>) para 2100 metros do cabo mestre (140.000 horas – 25-30 barcos).	Cabo mestre	50% de redução do cabo mestre	Relatório de licenciamento	ADNAP	Industria	2015
	Campanha de pesca no período de 7 a 8 meses.	Diploma de Veda	Campanha de pesca	Relatório	ADNAP	Industria	2015
I.2	Melhorar a estatística da pesca artesanal.	Dados recolhidos	75% de cobertura	Relatório	IIP	DNEPP, ADNAP, IDPPE	2015
	Definir áreas críticas do desenvolvimento do camarão na pesca artesanal.	I Estudo	Estudo Concluído	Relatório	IIP	IDPPE, ADNAP	2015
I.3	Melhorar a fiscalização da pesca artesanal.	% de cobertura (ex: centros de pesca, zonas de pesca)	75% de cobertura	Redução de uso de artes nocivas	DNFP	ADNAP/IDPPE/ Governos Distrital, CCP,s	2018
	Melhorar as campanhas de sensibilização para a pesca responsável.	% de cobertura (ex: centros de pesca) 2070 Cartazes Memorandos de Entendimento com Escolas/Entidade Responsável (2xano por província)	50% de cobertura Cartazes distribuídos Memorandos elaborados	Spots publicitários nas rádios comunitárias Cartazes afixados Memorandos assinados com escolas	ADNAP	IDPPE/ Governos Distrital (SDEJT), DNFP, CCP,s	2015
I.4	Reforçar a fiscalização da pesca nas zonas de maior ocorrência das artes nocivas.	250 dias x 5 anos (zonas de maior incidência)	Redução das artes nocivas	Relatórios	DNFP	DPP (SFL, ZBZ e NPL), Governos locais, CCP,s	2018
	Manter avaliação anual da biomassa do <i>stock</i> desovante (SSB) como indicador do estado do <i>stock</i> e (atingir no mínimo 20% da biomassa virgem).	I Estudo	Estudo elaborado	Relatório de Avaliação do Recurso	IIP	Industria	Permanente
I.5	Realizar cruzeiros de investigação no período do recrutamento.	I Estudo/Ano	Estudo elaborado	Relatório de Avaliação do Recurso	IIP	Industria	Permanente
	Controlar a qualidade de dados de captura da FAc.	Cruzar dados do Diário de Bordo com descargas	Dados aferidos	Relatório	ADNAP	IIP, Indústria, DPPs (SFL, ZBZ, NPL)	2016
I.5	Avaliar a possibilidade do uso experimental do Dispositivo de Exclusão de Fauna Acompanhante (BRDs).	% de embarcações usando BRDs	10% de embarcações usando BRDs	Relatórios	ADNAP	IIP/ DPP (SFL, ZBZ e NPL)	2017
	Estudar a possibilidade de licenciar as operações de recolheção da FAc.	Estudo realizado	Estudo elaborado	Relatório	ADNAP	DNEPP/FFF/IDPPE/ DPP (SFL, ZBZ e NPL)	2015

Problemas	Medidas de Gestão /Acções	Indicadores	Pontos de referência	Meios de verificação	Responsabilidade	Intervenientes	Prazo
I.6	Implementar o uso de TEDs na frota congeladora de camarão.	Regulamento Específico % da Frota	Regulamento Elaborado 100% Frota Industrial 50% Frota Semi-Industrial	Regulamento Aprovado Relatórios de Avaliação	ADNAP	DNFP/IIP/ DPP (SFL, ZBZ e NPL), Indústria	2015
	Realizar um estudo para identificar as áreas e épocas de ocorrência das tartarugas marinhas;	1 Estudo	Estudo Elaborado	Relatório	IIP	DPP (SFL, ZBZ e NPL), UEM	2015
I.7	Avaliar o impacto das espécies exóticas de camarão na população activa	1 Estudo	Estudo Elaborado	Relatório	IIP	DPP (SFL, ZBZ e NPL)	2016

Objectivo de Gestão II: Benefícios líquidos económicos e sociais maximizados

Problemas	Medidas de Gestão	Indicador	Pontos de referência	Meios de verificação	Responsabilidade	Intervenientes	Prazo
II.1	Reduzir a quota de esforço de 6113 (<i>situação actual 3515 metros</i>) para 2100 metros do cabo mestre (140.000 horas – 25-30 <i>barcos</i>)	N.º de barcos reduzidos	(2 5 - 3 0 <i>barcos</i>) Operacionais	Relatório	ADNAP	Indústria	2015
	Estudo de viabilidade económica das operações de recolha da FAc;	1 Estudo	Estudo Elaborado	Relatório	DNEPP	ADNAP e IDPPE	2015
II.2	Estudar e propor um programa de reorientação da mão de obra ociosa;	1 programa de reorientação	Estudo Elaborado	Relatório			2015
II.3	Assegurar a implementação do processo de certificação ambiental das capturas	Número de certificados emitido	Pescaria certificada	Certificados	ADNAP	WWF, MICOA	Permanente
	Assegurar a implementação do processo de certificação de legalidade das capturas	Número de certificados emitido	Pescaria certificada	Certificados	ADNAP	Indústria	Permanente
	Assegurar a implementação do processo de certificação sanitária das exportações	certificado emitido	Exportações certificadas	Volume de exportações	INIP	Indústria	Permanente

Problemas	Medidas de Gestão	Indicador	Pontos de referência	Meios de verificação	Responsabilidade	Intervenientes	Prazo
II.4	Zonear as áreas de pesca para cada subsector e para outras actividades económicas no Banco de Sofala;	1 Mapa	Zonas identificadas	Zonas mapeadas	ADNAP	IIP, IDPPE e Governos Locais, Indústria, DPP,s, outros sectores	2018
II.5	Ajustar as políticas de crédito na frota a gelo com os critérios de sustentabilidade económica e do recurso;	Políticas de créditos alinhados	100 % das políticas de créditos alinhados	Relatório	FFP, DNEPP	IDPPE, ADNAP, IIP	2015
II.6	Estudo sócio económico do impacto da redução das artes nocivas	Redução das artes nocivas	Estudo elaborado	Relatório balanço	DNEPP	ADNAP/DPP (SFL, ZBZ e NPL), DNFP, CCP,s, IDPPE, FFP, Governos Locais	2016
	Reforçar o sistema de fiscalização da pesca;	84 dias x 5 anos (fora das 12 milhas)	Redução dos índices da pesca ilegal	Relatório	DNFP	DPP,s	permanente
II.7	Promover o estabelecimento no Banco de Sofala de gasolneiras	Gasolneiras estabelecidas	Produtos de pesca com valor agregado	Infra-estruturas criadas	DNEPP	FFP, IDPPE,GD	2015
	Promover estabelecimentos de insumos de pesca, fábricas de gelo, fábricas de processamento	3 Carpintarias, 3 estabelecimentos de insumos de pesca 3 salas de conservação e processamento	Produto de pesca com valor agregado	Infra-estruturas criadas	FFP	IDPPE, CCP,s, Governos locais	2015
	Promover desembarcadouros para a pesca artesanal.	3 desembarcadouros	Produtos de pesca com valor agregado	Infra-estruturas criadas	DIEP	FFP, IDPPE, CCP,s	2015

Objectivo de Gestão III: Capacidade de intervenção institucional e poder de gestão reforçados

Problemas	Medidas de Gestão	Indicador	Pontos de referência	Meios de verificação	Responsabilidade	Intervenientes	Prazo
III.1	Capacitar os técnicos na implementação do novo sistema de gestão (TAE);	T é c n i c o s capacitados	100 % de técnicos capacitados	Relatório	ADNAP	DNFP, DPP,s, CCP,s, IIP	2015
III.2	Garantir o cumprimento de medidas de gestão de acordo com as normas estabelecidas	C o n h e c i m e n t o a c r e s c i d o d a legislação	100% de cobertura dos centros de pesca	Relatório	DNFP	ADNAP, DPP, s, Governos locais	Permanente
III.3	Garantir recursos humanos, materiais, e patrimoniais para melhorar o sistema MCS;	Técnicos de MSC, material, patrimoniais garantidos	Distritos por Província potenciados	Relatório	DNFP	ADNAP, IIP,	2018
III.4	Mecanismo de co-gestão deve ser mais abrangente (CCP,s, Comités distritais e provinciais, CNAP)	Sessões	Sessões realizadas	Sínteses	ADNAP	IDPPE DPP (SFL, ZBZ e NPL)	2018
III.5	Identificar os assuntos que devem ser desconcentrados em diferentes níveis, de local até nacional (forúms de co-gestão)	Forúms Provincial/ Ano (SFL, ZBZ e NPL)	Forúms realizados	Actas	ADNAP	DPP (SFL, ZBZ e NPL)	2015
III.6	Melhorar a estatística de pesca artesanal;	Maior cobertura da amostragem	100% da área coberta	Relatório	IIP	IDPPE DPP (SFL, ZBZ e NPL)	2016
	Melhorar o controlo do cumprimento da legislação.	P e s c a d o r e s capacitados em matérias de legislação	100% da area coberta	Relatórios	DNFP	ADNAP, DPP, s, CCP,s, IDPPE	2018
	Garantir a funcionalidade do CCP na sua área de actuação;	Número de CCP funcionais no BS	50 % de CCP funcionais	Relatórios	ADNAP	IDPPE DPPN,DPPZ e DPPS	2016